



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS  
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA  
**ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



Bruno Rodrigues de Oliveira

**BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR ESCOLAR: atuação comunitária de prevenção à  
violência e combate as drogas no ambiente escolar na região Noroeste de Goiânia**

GOIÂNIA-GO

2025

Bruno Rodrigues de Oliveira

**BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR ESCOLAR: atuação comunitária de prevenção à  
violência e combate as drogas no ambiente escolar na região Noroeste de Goiânia**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação dos Profs. Dr. Thiago Henrique Costa Silva e Dr. Edimar Carmo da Silva.

GOIÂNIA-GO

2025

# **BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR ESCOLAR: atuação comunitária de prevenção à violência e combate as drogas no ambiente escolar na região Noroeste de Goiânia**

SCHOOL MILITARY POLICE BATALHION: community action to prevent violence and combat drugs in the school environment in the northwest region of Goiânia

OLIVEIRA, Bruno Rodrigues de<sup>1</sup>

SILVA, Thiago Henrique Costa<sup>2</sup>

SILVA, Edimar Carmo da<sup>3</sup>

## **Resumo**

Esta pesquisa analisa a atuação da Patrulha Escolar da Polícia Militar como política pública voltada a prevenção da violência e ao consumo de drogas no ambiente educacional da região Noroeste de Goiânia, recorte escolhido em razão do aumento de registros envolvendo jovens em práticas ilícitas, sobretudo no uso de entorpecentes. Parte-se da seguinte questão: em que medida a Polícia Militar, por meio da Patrulha Escolar, contribui para a prevenção da violência e do acesso às drogas no contexto escolar da região investigada? O objetivo geral consiste em examinar a Patrulha Escolar como estratégia de enfrentamento a essas problemáticas e, de forma específica, busca-se demonstrar a presença de diferentes formas de violência nas escolas públicas, analisar a atuação da Polícia Militar na prevenção da criminalidade escolar, identificar a existência ou ausência de políticas públicas de enfrentamento à violência e avaliar a Patrulha Escolar como estratégia de proteção no recorte territorial estudado. A metodologia adotada possui abordagem qualitativa, de natureza aplicada e exploratória, fundamentada no método dedutivo, e combinou levantamento bibliográfico e documental (2019-2024), análise de dados secundários e pesquisa de campo por meio de questionário estruturado aplicado a 29 policiais da Patrulha Escolar, composto por perguntas abertas e fechadas. Os resultados indicam que a Patrulha Escolar é reconhecida como instrumento de prevenção, capaz de ampliar a conscientização sobre drogas e violência e de reforçar a integração entre escola, família e polícia, embora parte dos participantes não perceba avanços concretos, evidenciando a necessidade de aperfeiçoamento metodológico e maior articulação comunitária; em síntese, a Patrulha Escolar configura-se como estratégia promissora para a promoção da cultura de paz e da cidadania no espaço escolar.

**Palavras-chave:** Batalhão Escolar; Atuação Comunitária; Violência; Prevenção.

## **Abstract.**

The aim of this study was to analyze the role of the School Patrol as a public policy to combat violence and drug use in the school environment. An online survey was carried out with police officers who work in the School Battalion. The data shows that the School Battalion is an important tool in the fight against drugs, as the family and the school work together with the military police to raise awareness about drugs. This union may be the differentiating factor for

---

<sup>1</sup> Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma/2025, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: Bruno.fenix47@gmail.com.

<sup>2</sup> Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Doutor em Agronegócio (UFG). Doutorando, Mestre e Graduado em Direito (UFG). Graduado em Ciências Econômicas (IESB). Professor adjunto da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Perito Criminal do Estado de Goiás (SPTC-GO) E-mail: thiagocostasilva@ueg.br.

<sup>3</sup> Coorientador da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Doutor em Direito (UNESA/RJ). Mestre em Ciências Criminais (PUCRS). Graduado em Direito e Filosofia (UCB). Professor adjunto da Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: edimar.silva@ueg.br.

the positive results presented, since they work together for the good of the health and education of children and adolescents. Although the majority see an increase in awareness, a significant proportion see no progress, which indicates the need to improve preventive methodologies. The School Patrol contributes to a safer educational environment which, with integrated adjustments, can be consolidated as an instrument for promoting culture and peace.

**Keywords:** School Battalion; Police; Prevention; Violence

## **1 INTRODUÇÃO**

A Polícia Militar do Estado de Goiás criou em 2003 o Batalhão de Polícia Militar Escolar, para desenvolver ações voltadas à prevenção de ocorrências no ambiente educacional, com atividades de policiamento ostensivo e para atendimento de forma mais especializada à comunidade escolar. Dentre as principais ações, estão as visitas às escolas. Além de patrulhamento no entorno das instituições de ensino, atendimento emergencial e realização de reuniões com gestores escolares e palestras sobre temas de segurança pública e escola. (Costa, 2017).

O número de escolas atendidas pelo Batalhão Escolar é grande, incluindo os CEPMGs – Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás, são 82, nos 61 Municípios de Goiás. De acordo com a PMGO, no primeiro semestre de 2025, mais de 3.378 escolas foram visitadas pelo Batalhão Escolar (PMGO, 2025).

O trabalho de prevenção, especialmente em relação à violência e ao uso de substâncias psicoativas, requer articulação entre diferentes esferas do poder público e a participação da comunidade. A eficácia dessa abordagem depende da atuação conjunta de órgãos governamentais nas esferas municipal, estadual e federal, assim como do envolvimento de instituições escolares e da sociedade civil.

A Patrulha Escolar atua na identificação de situações de risco no contexto escolar, com foco em ocorrências que envolvam violência física, psicológica, patrimonial e social, além de práticas associadas ao tráfico e consumo de drogas por crianças e adolescentes.

Segundo dados da PMGO, houve um aumento nos casos de violência escolar, com ênfase em ameaças, violência física e psicológica, mas existe a prevalência de bullying entre os estudantes e a maior incidência é entre meninos (PMGO, 2020). Como medidas de proteção, a PMGO participa de protocolos de prevenção, proteção e segurança escolar, oferecendo orientações para lidar com a violência. E, para ter um maior controle, é utilizado o registro de ocorrências, como uma forma de lidar com atos de indisciplina e violência nas escolas, exigindo a assinatura dos responsáveis (Costa, 2017).

A escolha pela região Noroeste de Goiânia como recorte empírico da pesquisa se justifica pelo aumento de registros relacionados ao envolvimento precoce de jovens com

práticas ilícitas, em especial o uso de entorpecentes. Na região pretendida, Escolas e CMEIs existem casos de furtos, assaltos de objetos, medo provocado por usuários de drogas nos entornos das escolas. Em 2024, houve um aumento nas denúncias de violência escolar, foram registradas pelo Disque 100, cerca de 4.327 denúncias, dentre elas se destacam: violência psicológica, injúria, ameaças e bullying (SSP-GO).

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar, a capital goiana é a oitava capital brasileira com maior incidência de bullying e casos concretos de violência grave. A Polícia Militar de Goiás atua em ocorrências na região metropolitana de Goiânia, incluindo o combate ao crime e a promoção de segurança nas escolas, a atuação envolve ações de policiamento preventivo e ostensivo, patrulhamento escolar e colaboração com a comunidade escolar para prevenir a violência e garantir um ambiente seguro para alunos e funcionários, dentro e no entorno do ambiente escolar.

O ambiente escolar, nesse contexto, representa uma das primeiras instâncias de convivência social após o núcleo familiar e, por isso, demanda ações de proteção e garantia do direito à educação em ambiente seguro. A escola, além de ser um espaço de aprendizagem, também exerce papel de socialização e de formação de valores, devendo contar com o apoio de políticas públicas capazes de mitigar as vulnerabilidades a que os estudantes estão expostos (Melo, 2015).

A atuação preventiva junto ao público infantojuvenil exige ações continuadas e específicas, voltadas tanto à proteção dos que ainda não entraram em contato com substâncias ilícitas quanto à contenção da reincidência. A formulação e implementação de programas de orientação, em parceria com instituições públicas e organizações sociais, contribuem para a conscientização dos estudantes e a interrupção de ciclos de violência e exclusão escolar (Lima, 2013).

O Batalhão Escolar se destaca pelas ações preventivas que promove nas escolas públicas e privadas do Estado de Goiás. Dados da Agência Cora Coralina, no ano de 2025, somente nos primeiro trimestre, as palestras realizadas já alcançaram mais de 3 mil alunos, e foram abordados diversos temas cruciais para a segurança dos estudantes e para a formação cidadã, dentre os temas abordados, destaca-se, violência escolar, prevenção ao uso das drogas, bullying e cidadania (Lima, 2013).

Com o objetivo de combater a violência e os uso das drogas no ambiente escolar, a Polícia Militar de Goiás possui diversos programas preventivos em execução direcionados às escolas, além de promover a segurança e a cultura de paz nas escolas. O que mais se destaca é o PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência -, e atua na

prevenção primária, ensinando as crianças e jovens a resistir as pressões e influências para o uso de drogas e a prática de violência. O programa conta com policiais militares capacitados, que atuam em parceria com comunidade, pais e professores (Melo, 2015)

Além do PROERD, tem também os programa PPM – Programa Polícia Militar Mirim, que busca a integração social de crianças e adolescentes, afastando-os de ambientes violentos e do contato com as drogas; Operação Escola Segura, que reforça o policiamento preventivo e ostensivo nas escolas para garantir a segurança e a ordem pública; PESD – Programa Escola Sem Drogas, visa o fortalecimento de valores humanos e promove a conscientização sobre os malefícios das drogas na comunidade escolar, esse programa é coordenado pela Polícia Civil com atuação em conjunto com a PMGO (Silva, 2020).

Diante dessa realidade, a presente pesquisa parte da seguinte pergunta: em que medida a Polícia Militar, por meio da Patrulha Escolar, contribui para a prevenção da violência e do acesso às drogas no contexto escolar da região Noroeste de Goiânia? O objetivo geral é analisar a atuação da Patrulha Escolar como política pública de enfrentamento à violência e ao consumo de drogas no ambiente escolar da referida região. Como objetivos específicos, propõe-se: a) demonstrar a presença de diferentes formas de violência nas escolas públicas; b) analisar a atuação da Polícia Militar na prevenção da criminalidade no contexto escolar; c) identificar a existência ou ausência de políticas públicas de enfrentamento à violência nas escolas; e d) examinar a atuação da Patrulha Escolar como estratégia de proteção no recorte territorial estudado.

Para o desenvolvimento da análise, o artigo foi dividido em três seções: a primeira seção apresenta o referencial teórico sobre violência escolar, políticas públicas e o papel das forças de segurança no contexto educacional, com enfoque na atuação da Patrulha Escolar no estado de Goiás. A terceira seção expõe a metodologia adotada na pesquisa. A quarta seção analisa os dados empíricos coletados, confrontando-os com os objetivos do trabalho.

## **2 REVISÃO TEÓRICA**

Nesta seção apresenta-se a revisão teórica que fundamenta a pesquisa, com a finalidade de sustentar os objetivos propostos e oferecer o arcabouço conceitual necessário à análise da atuação da Patrulha Escolar. A revisão foi organizada em dois eixos: inicialmente, discute-se a relação entre educação, segurança pública e violência escolar, destacando seus impactos no ambiente educacional; em seguida, aborda-se o papel da Polícia Militar na prevenção da criminalidade e no enfrentamento da violência nas escolas. A escolha desses temas decorre de

sua pertinência direta ao problema investigado e da necessidade de compreender as interfaces entre políticas públicas de segurança e o espaço escolar.

Ressalta-se que o referencial teórico aqui apresentado será mobilizado na seção de resultados (seção 4), a fim de interpretar criticamente os dados empíricos coletados e possibilitar maior rigor analítico às conclusões do estudo.

## 2.1 EDUCAÇÃO, SEGURANÇA PÚBLICA E VIOLÊNCIA ESCOLAR

A escola é um ambiente de troca de saberes, pautado no ensino aprendizagem e respeito, constituindo-se em ambiente privilegiado para a formação cidadã e para o desenvolvimento do espírito crítico dos alunos como sujeitos sociais. A Constituição Federal de 1988 assegura o direito à educação, como um direito fundamental de natureza social, nos artigos 205 a 214 se encontra aspectos que concretize esse direito e a garantia, se estrutura na educação brasileira, dividida em diversos níveis e modalidades de ensino, com parâmetros que pautam a atuação do legislador e do administrador para a prática e implementação deste direito (Duarte, 2007).

Nesse sentido, o art. 205 reconhece a educação como um direito de todos, universalmente, prestado sem distinção de cor, raça, idade, sexo e/ou qualquer forma de discriminação, a fim de corrigir desigualdades próprias das sociedades de classe, para aproximar grupos ou marginalizados (Duarte, 2007).

Saviani (1998) mostra a importância da instauração de um sistema nacional de educação no Brasil, para reforçar a formação de seres humanos plenamente desenvolvidos, com condições de assumir a direção da sociedade ou controlar quem a dirige, e que seja abrangente e universalizada, só assim, cumpre seu papel outorgante.

Em contrapartida, tem-se observado um crescimento significativo dos índices de violência no contexto escolar. Na região Noroeste de Goiânia, há casos concretos de violência nas escolas da região, uma estudante ateou fogo em outra colega por causa do bullying, casos de furtos, assaltos de objetos, medo provocado por usuários de drogas nos entornos das escolas por usuários de drogas em baldios vazios. Em 2024, houve um aumento nas denúncias de violência escolar, foram registradas pelo Disque 100, cerca de 4.327 denúncias, dentre elas se destacam: violência psicológica, injúria, ameaças e bullying (SSP-GO). Em que o ambiente propício para o saber tem dado lugar ao crime. Nesse cenário, crianças e jovens têm sido inseridos cada vez mais precocemente no mundo do crime, em especial por meio do uso e da comercialização de drogas.

A violência pode ser determinada como um ato de brutalidade, física e/ou psíquica contra alguém e caracteriza-se de relações interpessoais como intimidação, medo, terror e opressão. E pode ser também uma reação consequente a um sentimento de ameaça ou de desrespeito, a negação do outro ou violação dos direitos humanos e as desigualdades sociais (Silva; Sales, 2010).

Silva (2023) traz que a violência está associada a três aspectos: 1) degradação do ambiente escolar; 2) violência de fora para dentro da escola e 3) gerada por componentes internos das instituições de ensino. O que gera comportamentos violentos e contrários as regras de convivência no ambiente escolar.

Nesse contexto, a violência escolar aumenta no ponto de vista quantitativo e qualitativo, em especial, na visão dos professores, pois a violência se faz mais presente no cotidiano escolar, por meio das ameaças e agressões verbais entre alunos e professores, se destaca o desrespeito, uma constante no âmbito escolar, cujas consequências são dificilmente mensuradas ou percebidas (Silva, 2023).

As drogas, no âmbito escolar, trazem prejuízos na vida social, física e mental daqueles que utilizam ou comercializam, atingindo indistintamente diferentes classes sociais e faixas etárias. O envolvimento com o tráfico tende a expor os estudantes a outras formas de violência e delinquência, intensificando ciclos de exclusão (Godinho, 2018).

Considerando que as crianças e adolescentes representam o futuro da sociedade, a prevenção surge como estratégia essencial para evitar o contato precoce com substâncias ilícitas e práticas violentas. Nesse sentido, é necessária a articulação entre escolas, famílias e forças de segurança, de modo a desenvolver políticas de intervenção e orientação que contribuam para a formação de cidadãos dotados de caráter e valores éticos, morais e sociais.

Para Hillesheim e Lasta (2018), há um enlace entre as políticas públicas de assistência social e a educação, e, a partir da redemocratização do país, instalou-se a Assembleia Nacional Constituinte e a Constituição de 1988, culminou na mudança de concepção da assistência social, para um caráter de política pública de proteção social articulada com outras políticas de garantia dos direitos e condições dignas de vida.

Nesse sentido, a partir da conscientização da população e das pessoas, no que concerne a vida, hábitos, comportamentos, territórios, o Estado, na garantia do direito a assistência social cria aparatos institucionais para atingir tal intento, e começa a se promover com a manutenção e desenvolvimento de mecanismos que imponha regulação sobre a vida de todos e de cada um (Hillesheim; Lasta, 2018). De acordo com Godinho (2018), uma das instituições mais importantes da sociedade é a escola, pois concentra grande parte da vida

cotidiana dos indivíduos e transmite valores morais, éticos e sociais. Por isso, o ambiente escolar deve assegurar convívio respeitoso, aprendizado e construção de conhecimentos sob pena de, em sua ausência, favorecer trajetórias marcadas pela criminalidade e pela violência.

Segundo Silva (2020), a violência escolar pode se manifestar em diferentes formas, como agressões verbais e físicas, além de condutas que desrespeitam normas e regras institucionais, podendo ser classificadas em três níveis: violência na escola, contra a escola e da escola. A violência na escola refere-se a episódios cotidianos entre membros da comunidade escolar; a violência contra a escola diz respeito a furtos, roubos, incêndios e atos de vandalismo contra o patrimônio; já a violência da escola envolve práticas institucionais que prejudicam seus membros, como despreparo profissional, preconceito, abuso de poder, violência simbólica e ausência de estímulos. Em outros termos.

(...) a violência escolar são os atos que forem passíveis de punição penal (agressões sexuais, roubos, porte de armas, entre outros) e todo e qualquer ato de transgressão e incivilidade dentro do espaço escolar como, por exemplo, a violência verbal, o não cumprimento de regras, a falta de respeito aos professores e colegas, entre outros (Silva, 2020, p. 68).

Para lidar com tais situações, tem-se registrado a crescente demanda por policiamento nas escolas, motivada, entre outros fatores, pela desvalorização docente, más condições de trabalho e baixos salários, que repercutem em desânimo e falta de preparo para enfrentar a violência cotidiana.

Nesse contexto, a Patrulha Escolar desenvolve visitas regulares e sistematizadas, buscando estreitar o diálogo com a comunidade escolar e prevenir ocorrências criminais, o que gera sentimento de segurança e tranquilidade. Essas ações seguem um plano de visitas e protocolos de acompanhamento, ajustados conforme o histórico de cada escola.

Segundo Silva (2020), a criação da Patrulha Escolar em Goiânia está relacionada ao crescimento alarmante da violência na capital goiana desde a década de 1990, período marcado pela descentralização econômica, atração de investimentos e intensos fluxos migratórios, que, somados às fragilidades do Estado e da segurança pública, contribuíram para a intensificação da criminalidade e da violência. .

## 2.2 A POLÍCIA MILITAR NA PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

De acordo com Godinho (2018), para evitar que crianças e adolescentes ingressem no mundo do crime por meio do uso de drogas, a repressão isolada não se mostra suficiente, sendo necessário desenvolver ações conjuntas entre Estado, comunidade e polícia no enfrentamento às drogas e a violência, em busca de soluções mais eficazes. A atuação da Polícia Militar de Goiás nas escolas regulamenta-se por um conjunto de protocolos e políticas públicas que visam contribuir para a prevenção e segurança de atos de violência nas escolas, pode-se destacar a cartilha “Escola Segura”, elaborada pela PMGO, em parceria com o Ministério Público de Goiás e outras instituições para estabelecer diretrizes para a segurança das instituições de ensino (PMGO, 2018).

A prevenção apresenta-se como estratégia fundamental para reduzir danos e riscos na vida de crianças e jovens, pois estes se encontram em fase de formação e mais receptivos à orientação. Nesse contexto, o PROERD destaca-se como política de intervenção voltada ao fortalecimento do caráter e dos valores dos estudantes, demonstrando as consequências negativas do uso da violência e de substâncias ilícitas para o futuro dos jovens. Além de transmitir informações preventivas, o programa busca criar resistências sociais e afetivas ao uso de drogas e à prática de atos violentos.

Geralmente, a prevenção se caracteriza em três níveis distintos e com objetivos específicos: primária, secundária e terciária. A primária na busca de reduzir a incidência de problemas, tem por finalidade evitar que o problema surja, Soares (2009), enfatiza que a prevenção primária se estabelece por medidas educativas e de segurança para que o dano não ocorra. Já a prevenção secundária busca reduzir a gravidade do problema e na aplicação de medidas que intervenha de maneira mais eficaz e rápida para quando o problema surgir, Cano (2010) reforça a importância de programas específicos para a progressão de comportamentos violentos.

Enquanto que a prevenção terciária tem por finalidade a reintegração social na busca de reduzir os impactos do problema, Bonelli (2011) destaca que as políticas de apoio social e a reintegração comunitária são estratégias de prevenção para reduzir a violência.

Nesse sentido, a Polícia Militar desenvolveu no ambiente escolar um programa preventivo que informa sobre os impactos do consumo de drogas e da violência, além de orientar os alunos quanto às formas de defesa diante dessa realidade. Entretanto, há limitações no alcance do PROERD, pois parte dos adolescentes demonstra descrença em relações às orientações recebidas, o que torna vulneráveis ao ingresso no universo do crime e do tráfico (Vieira, 2018).

A inserção do Policial Militar não somente vem de forma educativa, mas também de forma ostensiva. A presença no ambiente escolar garante proteção a professores, alunos e ao patrimônio público.

[...] o policial militar instrutor não tem sua atuação restrita apenas à sala de aula, presta também segurança na escola onde leciona durante o período de sua permanência. A atuação dos policiais do Programa representa uma modalidade de policiamento comunitário (PMGO 2018).

Assim o programa PROERD atua nas escolas, tendo como foco os alunos, mas atinge também os pais e professores, sendo um interventor crucial na resistência as drogas e a violência, garantindo a segurança na forma ostensiva no ambiente escolar (Godinho, 2018, p. 7).

No âmbito da prevenção, a Patrulha Escolar desempenha papel complementar ao do PROERD, utilizando o diálogo como principal instrumento de interação com jovens e famílias, buscando esclarecer sobre os riscos e danos desacorrentes do uso de drogas, além de incentivar sua redução. De acordo com Costa (2017), a Patrulha Escolar tem como finalidade atender demandas específicas da comunidade escolar e de seu entorno imediato, por meio de duplas de policiais militares e viaturas destinadas a ocorrências emergenciais, geralmente acionadas por diretores, coordenadores ou professores.

O Batalhão Escolar foi criado em 2003, pela Polícia Militar do Estado de Goiás, através da Portaria Interna nº 003/PM-001/2003, publicada no Boletim Geral 027, em 07 (sete) de fevereiro de 2003. Com o intuito de criar uma unidade especializada no policiamento nas imediações e no interior das unidades escolares, para a prevenção de situações de violência e as infrações no ambiente escolar (PMGO, 2003).

Nesse contexto, a Patrulha Escolar tem como alvo toda a comunidade escolar (diretores, professores, estudantes, pais e demais trabalhadores), priorizando a prevenção e a repressão toda a comunidade escolar (diretores, professores, estudantes, pais e demais trabalhadores), priorizando a prevenção e repressão de ocorrências criminais, com o objetivo de manter o perímetro escolar seguro e tranquilo, evitando a ocupação desses espaços por atividades suspeitas ou ilícitas.

Para prestar um serviço de qualidade, os policiais recebem orientação por meio de cartilhas de segurança escolar, mas, na prática, a atuação é fortalecida pela experiência adquirida no cotidiano e pelas técnicas transmitidas informalmente no exercício da função. Esse conhecimento tácito complementa os procedimentos operacionais formais e contribui para resultados mais efetivos.

A interação da polícia com a escola ocorre, sobretudo, diante de casos de indisciplina ou atos infracionais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), quando os policiais auxiliam na resolução de conflitos como desrespeito às normas internas, incivildades ou comportamentos agressivos.

Por fim, a Patrulha Escolar mantém atividades regulares entre 06h00 e 23h00, ajustando-se aos horários de funcionamento das escolas. Em situações que ocorrem fora desse período, ou aos fins de semana, o atendimento é realizado por policiais lotados em unidades próximas, garantindo a continuidade do apoio à comunidade escolar.

Silva *et al* (2023) ao analisar a atuação da Patrulha Escolar em uma escola de Ponta Grossa mostra a atuação do Batalhão e suas ações educativas são significativas em seu contexto de abrangência, e que por meio das ações de caráter repressivo vinculadas ao policiamento comunitário alcançaram melhores resultados para com os alunos e a comunidade escolar.

Martins e Dias (2025) indicam que as ações da Polícia Comunitária e a Patrulha Escolar são fundamentais como estratégias de prevenção da violência e repressão ao crime, uma implementação integral aliada com a capacitação contínua dos policiais, fortalece o ambiente institucional e consolida um modelo preventivo e proativo da atuação policial. Além de promover redução nos índices criminais, também elevam a imagem e confiabilidade da Polícia Militar junto à sociedade.

### **3 METODOLOGIA**

Esta pesquisa possui abordagem qualitativa, de natureza aplicada e exploratória, com finalidade de compreender, por meio de evidências empíricas e referenciais teóricos, a atuação da Patrulha Escolar da Polícia Militar na prevenção à violência e ao uso de drogas no ambiente escolar da região Noroeste de Goiânia. Adota-se o método dedutivo, partindo de teorias e normativas gerais para a análise de um caso específico (Gil, 2002).

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa combinou levantamento bibliográfico, análise documental, pesquisa de campo e uso de dados secundários (Gil, 2002). O levantamento bibliográfico e documental abrangeu o período dos últimos cinco anos, considerando o intervalo de 2019 a 2024. Foram consultadas produções científicas indexadas por meio da ferramenta Google Acadêmico, utilizando os seguintes descritores: violência escolar, políticas públicas de segurança, prevenção à criminalidade, polícia militar e escola, patrulha escolar e uso de drogas entre adolescentes. Os documentos institucionais foram obtidos junto ao site oficial da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), da Secretaria de Segurança Pública de Goiás e do Ministério da Justiça e Segurança Pública, além de relatórios disponíveis no Observatório de Segurança Pública do Estado de Goiás.

A pesquisa de campo foi realizada mediante aplicação de questionário estruturado, elaborado especificamente para este estudo, com o objetivo de conhecer a percepção dos

profissionais da Patrulha Escolar sobre sua atuação no combate às drogas e à violência no contexto educacional (Gil, 2002). A população-alvo da pesquisa compreende todos os profissionais da Polícia Militar que atuam na Patrulha Escolar no Estado de Goiás. O número total de integrantes da unidade é de 29 (vinte e nove) policiais. Não há dados do efetivo exato de policiais que atuam no Batalhão de Polícia Militar Escolar de Goiás, mas em 2023, 24 policiais formaram no 1º Curso de Policiamento Escolar. A amostragem será definida com base em cálculo amostral, considerando intervalo de confiança de 95% e margem de erro de 5%.

O instrumento de coleta de dados consiste em um questionário com 11 perguntas, sendo cinco questões voltadas à identificação e ao perfil profissional dos participantes, quinze questões fechadas com base em escala Likert de cinco pontos (1 – Discordo totalmente; 2 – Discordo parcialmente; 3 – Não concordo nem discordo; 4 – Concordo parcialmente; 5 – Concordo totalmente), e duas questões abertas ao final (Júnior, 2014). O questionário será disponibilizado por meio de formulário eletrônico, com divulgação via e-mail institucional e grupos de WhatsApp da corporação, mediante prévia autorização dos responsáveis pelo batalhão.

Antes de responderem ao questionário, os participantes deverão concordar com os termos apresentados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo a voluntariedade e o sigilo da participação, conforme exigências éticas aplicáveis à pesquisa com seres humanos.

Além dos dados primários obtidos na aplicação dos questionários, a análise será complementada com dados secundários disponibilizados por órgãos oficiais. Serão considerados, entre outros, os relatórios estatísticos da Polícia Militar de Goiás, os dados do Observatório de Segurança Pública do Estado de Goiás e os bancos de dados públicos do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

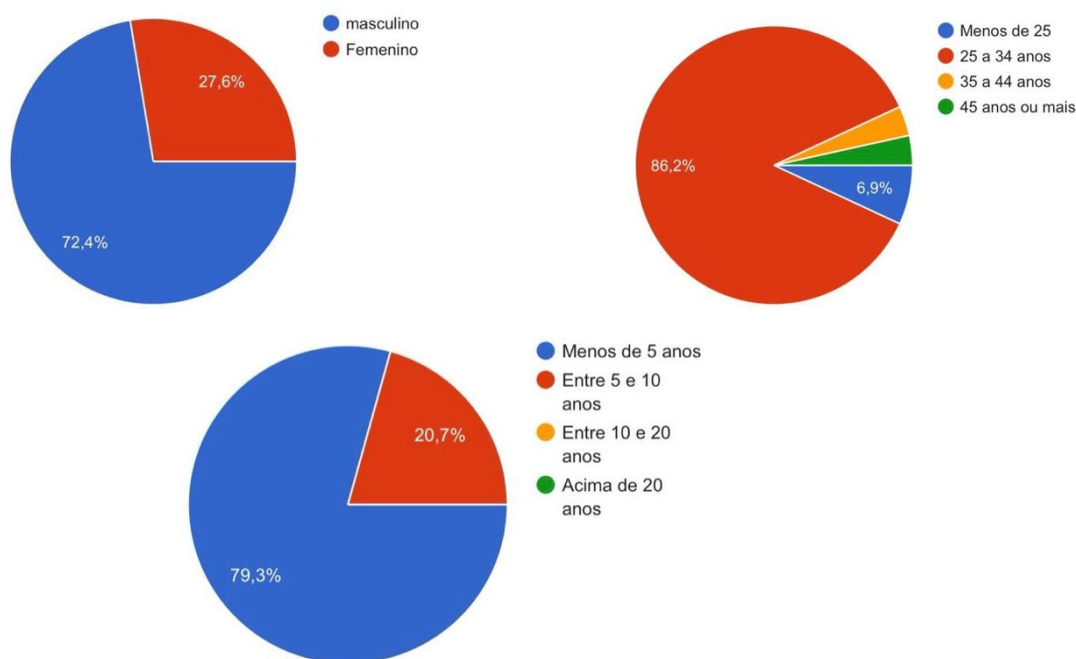
A análise dos dados será conduzida de forma crítica, à luz da bibliografia e dos objetivos do estudo, com base no cruzamento entre as respostas obtidas, os referenciais teóricos e os dados institucionais. Os resultados serão organizados em categorias temáticas, correspondentes aos eixos definidos nos objetivos específicos, com ênfase na atuação da Patrulha Escolar no contexto empírico delimitado.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A prevenção é reconhecida como uma das formas mais eficazes para evitar que crianças e adolescentes tenham contato com as drogas, sendo necessária a adoção de políticas sociais capazes de reduzir e controlar os efeitos negativos do consumo de substâncias ilícitas tanto para os usuários quanto para a sociedade. Nesse sentido, uma política de combate e prevenção ao uso de drogas estruturada é fundamental para desencorajar a entrada no mundo das drogas, de modo que o Batalhão Escolar constitui uma ação voltada à prevenção entre jovens em idade escolar.

Com o fim de mensurar a percepção dos agentes estatais sobre a referida política. Foi realizada uma pesquisa com 29 (vinte e nove) policiais militares, em que foi enviado um questionário contendo 11 (onze) questões sobre a polícia militar e o Batalhão Escolar. A análise foi organizada em três blocos temáticos: nos três primeiros, relativos ao perfil dos participantes, verificou-se que 72,4% são do sexo masculino e 27,6% do sexo feminino, sendo que a maioria (86,2%) possui entre 25 e 34 anos e 6,9% menos de 25 anos. Em relação ao tempo de atuação na Polícia Militar, 79,3% dos participantes atuam há menos de cinco anos e 20,7% entre cinco e dez anos, como indicado no gráfico correspondente.

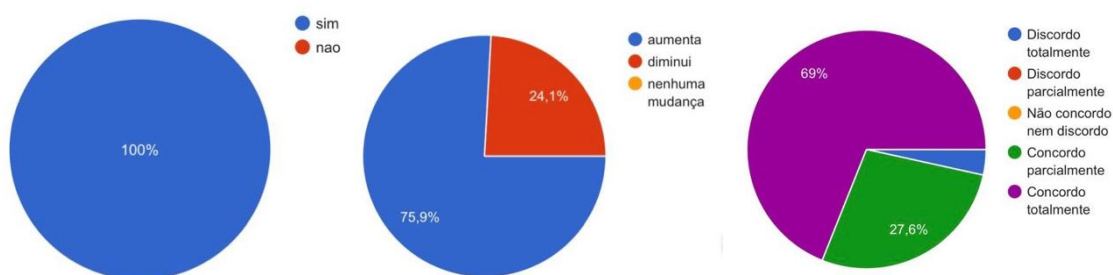
Gráfico 1, 2 e 3 - Perfil dos respondentes: Gráfico 1 (à esquerda) sexo; Gráfico 2 (à direita) idade e Gráfico 3 (centro) tempo de atuação.



A análise do perfil dos participantes revelou que a Patrulha Escolar é composta majoritariamente por policiais jovens, em início de carreira, sendo 72,4% homens e 27,6% mulheres; 86,2% têm entre 25 e 34 anos e 79,3% atuam há menos de cinco anos. Esses dados permitem inferir que a predominância masculina reflete as desigualdades de gênero presentes na Polícia Militar e possivelmente reproduzidas na Patrulha. Além disso, a juventude e a pouca experiência dos agentes suscitam debates relevantes acerca do impacto desse perfil na condução de ações preventivas, da necessidade de formação continuada e do papel diferenciado que a presença feminina pode exercer na mediação de conflitos e na aproximação comunitária, em consonância com a literatura sobre gênero e segurança pública.

No que se refere à percepção institucional, todos os policiais entrevistados consideraram importante a atuação do Batalhão Escolar, embora 75,9% apontem aumento da conscientização dos estudantes sobre drogas e violência, enquanto 24,1% não percebem avanços. Esse dado revela consenso interno quanto à relevância da Patrulha, mas também evidencia divergências sobre sua eficácia prática. A partir disso, abre-se espaço para discutir a tensão entre percepção institucional e impacto social afetivo, bem como para problematizar a eficácia de programas preventivos quando não articulados a políticas intersetoriais mais amplas. Outro debate pertinente envolve a distinção entre “percepção de eficácia” e “impacto mensurável” por meio de indicadores oficiais de ocorrências, relacionando-se ainda com a noção de *accountability* policial e de políticas públicas orientadas por evidências.

Gráfico 4(à esquerda) importância da atuação do Batalhão; Gráfico 5 (centro) percepção institucional e impacto social afetivo; e Gráfico 6 (à direita) Percepção sobre importância e impacto do Batalhão Escolar.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Segundo Santos (2018), o Batalhão Escolar favorece um ambiente mais saudável e livre de drogas e violência, pois suas ações possibilitam mudanças no comportamento estudantil e influenciam diretamente escolhas de vida em uma faixa etária crítica, entre 10 e 16 anos, quando geralmente ocorre o primeiro contato com as drogas. No entanto, o mesmo autor alerta que, em muitos casos, os estudantes já possuem conhecimento ou experiência prévia com entorpecentes, o que limita o alcance das ações preventivas.

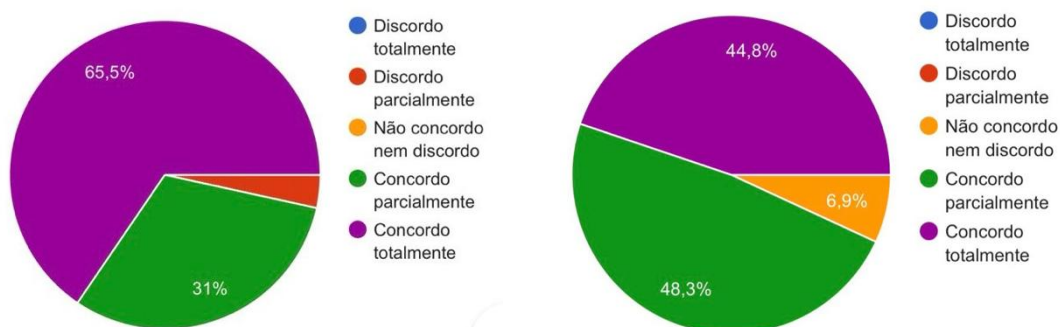
De acordo com Vieira (2018), o Batalhão Escolar atua de forma integrada à realidade social, recebendo ampla aceitação entre alunos, educadores e familiares. Esse reconhecimento contribui para modificar a percepção social acerca da política, reforçando sua legitimidade no espaço escolar. Os resultados da pesquisa confirmam esses achados, indicando que os efeitos positivos vão além da conscientização sobre drogas, abrangendo também a necessidade de policiamento comunitário nos bairros e de maior aproximação entre polícia e sociedade.

Esses dados não corroboram com Lopes e Rossato (2023) que ao mostrar os impactos da Escola Segura, no Município de Londrina, em que os resultados não produziram nenhuma alteração na realidade escolar, pois não há evidências que o sentimento de insegurança, bem como os casos de agressões verbais e físicas, ou qualquer ato de violência, tenham mudado por causa da presença de policiais militares na escola. A única incidência de mudança, ocorreu nas ofensas sexuais, que diminuíram significativamente.

Nessa perspectiva, Santos (2018) acredita que o policiamento comunitário é o desenvolvimento do trabalho policial na busca de uma atuação cooperativa entre a polícia e a sociedade por meio de ideias e trocas de informação afim de resolver os problemas de segurança pública.

Diante desse cenário, a presença da Patrulha Escolar reforça a sensação de segurança, como ilustrado no Gráfico 8, o que decorre da integração entre policiais e gestores escolares, apontada como positiva pela maioria dos respondentes.

Gráfico 7 (à esquerda) sensação de segurança; Gráfico 8 (à direita)– integração entre Patrulha e gestão escolar.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Lopes e Rossato (2023) detalham em sua pesquisa que a presença do Batalhão Escolar não teve nenhuma alteração, o impacto esperados pelos gestores não foram como esperado, o programa não alterou a sensação de segurança, na vitimização e na percepção sobre o consumo de drogas ilícitas e pichações entre os professores e alunos do ensino médio e do 9º ano do ensino fundamental.

O Batalhão Escolar, em sua finalidade, busca combater a violência por meio de projetos que envolvem a parceria entre polícia, família e sociedade, de modo a garantir resultados consistentes na prevenção ao uso de drogas ilícitas. Seu trabalho não se restringe a resultados imediatos, mas envolve uma perspectiva de longo prazo, orientando crianças para que se tornem adultos responsáveis e conscientes de seus direitos e deveres, comprometidos com valores de cidadania e responsabilidade social.

A inferência que se pode fazer é que o trabalho conjunto fortalece vínculos institucionais entre polícia e escola, ampliando o impacto das ações preventivas que não se limitam à dimensão repressiva, mas também envolvem a medição de conflitos. Esse achado remete ao debate sobre a importância do policiamento comunitário e da confiança mútua (Monjardet, 2003), bem como a pertinência de considerar a “sensação de segurança” como indicador de política pública (Autor, ano). Contudo, esse aspecto também deve ser tensionado frente às críticas de que tal presença pode reforçar a militarização do espaço escolar.

A última questão da pesquisa buscou identificar sugestões para aprimorar a atuação da Patrulha Escolar nas escolas públicas da Região Noroeste de Goiânia, cujas respostas foram compiladas na Tabela 1.

Quadro 1 - Tabela das respostas

<b>Aumentar o efetivo, e especialização dos policiais.</b>
<b>Mais efetivo</b>
<b>Aumento de efetivo para o Batalhão</b>
<b>Estarem todos os dias ao dispor de todos os horários escolares presentes sem falta, mesmo que seja turmas diferentes.</b>
<b>Mais ferramentas para realizar um trabalho mais satisfatório</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

No tocante às sugestões dos policiais para aprimorar a Patrulha Escolar, os dados qualitativos demonstram que os próprios agentes reconhecem limitações estruturais e metodológicas do modelo atual, apontando para a necessidade de inovação e de fortalecimento das ações. Esse ponto de vista interno abre caminho para debates sobre como incluir a percepção dos agentes a formulação das políticas, a importância da formação específica para lidar com juventude, drogas e violência escolar. Bem como a articulação necessária com outros atores do sistema de proteção, como assistência social, saúde e conselhos tutelares.

Para Godinho (2018), a formação do ser humano está alicerçada em três pilares: educação, família e sociedade, e os fatores sociais ligados a esse tripé favorecem a resistência dos jovens frente às vulnerabilidades sociais. Nesse contexto, a escola deve ser um ambiente de interação, aprendizado e respeito para a construção de saberes que fortaleceram os ideais. É no ambiente escolar que se convive com as diferenças e variedade de ideais e de pessoas.

O policiamento comunitário, nesse sentido, mostra-se como estratégia de enfrentamento dos problemas sociais, mas sua eficácia depende da cooperação entre polícia e comunidade. Esse modelo surgiu como resposta à ineficácia dos métodos tradicionais de repressão criminal.

A Polícia Comunitária foi implementada de forma gradual em Goiás, a partir dos anos 2000. Mesmo com contingente inicial reduzido, policiais foram enviados a São Paulo e Espírito Santo para cursos de capacitação, visando à implementação do modelo no Estado.

Atualmente, a Polícia Militar de Goiás, reconhecida como inovadora, institucionalizou o Policiamento Comunitário em todo o Estado, com a finalidade de unificar sua filosofia de proximidade em todas as cidades. O modelo goiano fundamenta-se na descentralização da autoridade policial, com patrulhas setorializadas denominadas “Quadrantes”, em conformidade com os princípios do policiamento comunitário (PMGO, 2017).

A incorporação dessa filosofia estendeu-se aos cursos de especialização, atualização e aperfeiçoamento da corporação, reforçando a necessidade de estreitamento da relação polícia-comunidade, tanto para fortalecer a imagem da instituição quanto para ampliar a confiança social (Silva, 2018).

Morais (2018) observa que a polícia comunitária implica uma forma diferenciada de policiamento, na medida em que ultrapassa a dimensão criminal, incorporando planejamento e prestação de serviços alinhados à realidade comunitária.

Além disso, conforme Monjardet (2003), a polícia comunitária deve pautar-se pelo reconhecimento das demandas e necessidades da própria população, compartilhando com o Estado a responsabilidade sobre a segurança pública e buscando soluções conjuntas para os problemas locais.

A Patrulha Escolar, nesse contexto, deve ser compreendida como um desdobramento dessa filosofia. Essa constatação conduz a debates sobre os limites e potencialidades do policiamento comunitário em contextos de vulnerabilidade juvenil, a necessidade de equilibrar as funções ostensivas (repressivas) e educativas (preventivas) da Polícia Militar e mitigar o risco de sobreposição de papéis entre a instituição policial e a escola.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar a atuação da Patrulha Escolar como política pública de enfrentamento à violência e ao consumo de drogas no ambiente escolar, a partir da percepção de policiais que integram o Batalhão Escolar. Os resultados demonstraram consenso sobre a importância da Patrulha para a prevenção, sobretudo pela sensação de segurança e pela integração com a gestão escolar.

Os dados indicaram, contudo, algumas contradições. Embora a maioria dos policiais aponte aumento da conscientização dos estudantes sobre drogas e violência, uma parcela significativa não identifica avanços concretos. Essa divergência evidencia fragilidades na efetividade das ações e sinaliza a necessidade de adoção de metodologias preventivas mais consistentes, associadas a indicadores de impacto capazes de medir resultados para além da percepção dos agentes.

Outro ponto crítico refere-se ao perfil dos participantes, formado majoritariamente por policiais jovens, com menos de cinco anos de atuação, o que pode influenciar a condução das práticas preventivas. A pouca experiência e a ausência de formação sistemática voltada ao ambiente escolar revelam a importância de capacitação específica, voltada ao trato com crianças, adolescente e situações de vulnerabilidade.

Apesar dessas limitações, os resultados mostram que a Patrulha Escolar desempenha papel estratégico na aproximação entre polícia e comunidade, ampliando a confiança social e estimulando a cooperação no enfrentamento às drogas. Contudo, para que tal potencial seja consolidado, é necessário avançar em três frentes: aprimoramento da formação dos policiais, fortalecimento da articulação com a escola e a família e implementação de mecanismos de avaliação contínua.

Ademais, a pesquisa apresenta lacunas metodológicas. O estudo concentrou-se exclusivamente na percepção dos policiais, não incorporando as vozes de estudantes, professores, gestores e familiares, atores fundamentais para compreender de forma abrangente a efetividade da Patrulha Escolar. Além disso, explorar dados quantitativos sobre ocorrências de violência antes e depois da atuação da Patrulha, permitiria análise comparativa entre percepção e efetividade.

Nesse sentido, pesquisas futuras podem avançar em pelo menos três direções: a) realizar estudos comparativos entre escolar com e sem a presença da Patrulha Escolar; b) ampliar a investigação para incluir a percepção da comunidade escolar e da família; c) explorar estatísticas oficiais de violência escolar e uso de drogas para confrontá-los com a atuação da

Patrulha. Esses caminhos podem oferecer subsídios para avaliar a efetividade do programa e orientar políticas públicas de segurança preventiva voltadas à infância e à adolescência.

Portanto, conclui-se que a Patrulha Escolar representa uma iniciativa promissora, mas que ainda carece de ajustes estruturais e metodológicos para consolidar-se como política pública. Com base nos dados levantados, destaca-se a relevância de transformá-la em instrumento de prevenção imediata, mas também de construção duradoura da cultura de paz e da cidadania no ambiente escolar.

## REFERÊNCIAS

BONELLI, R. **Intervenções preventivas: abordagem primária, secundária e terciária**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.

CANO, M. **Prevenção e promoção comunitária: estratégias de intervenção**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

COSTA, Leon Denis da. Policiamento escolar: o trabalho policial em Goiânia-GO. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 10, n. 1, p. 64-78, 2017. Disponível em: <https://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebsp/article/view/276/134>. Acesso em: 12 ago. 2025.

DIAS, Renata Maria da Silva. **O enfrentamento da violência e do uso de drogas no contexto escolar: um estudo de caso do Programa PROERD**. Trabalho de Monografia. Universidade Federal de Minas Gerais. Confins, 2020.

DUARTE, Cibele Racy. **A educação como um direito fundamental de cidadania**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 99, p. 697-710, jul./set. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Sys3c3j8znnWkyMtNhstLtg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 Ago. 2025.

MELO, Joel da Silva; CAMPOS, Valter Gomes. **O PROERD como política pública sobre drogas em Águas Lindas de Goiás**. Anais Eletrônicos da I CIEGESI. Encontro Científico do PNAP/UEG. Goiânia, 2012.

MELO, Sílvia Gomes. **Clima escolar como fator protetivo ao desempenho acadêmico: um estudo em escolas públicas de ensino médio**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150187>. Acesso em: 08 ago. 2025.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS (PMGO). **Cartilha Escola Segura**. Goiânia, 2018. Disponível em: <https://www.pm.go.gov.br>. Acesso em: 17 out. 2025.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS (PMGO). **Portaria Interna nº 003/PM-001/2003**, publicada no Boletim Geral n. 027, 07 fev. 2003. Criação do Batalhão Escolar.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS (PMGO). **Relatório de atividades do Batalhão Escolar**. Goiânia, 2025. Disponível em: <https://www.pm.go.gov.br>. Acesso em: 17 out. 2025.

ROCHA, Ludmilly Monteiro da; COSTA, Leon Denis da. **Avaliando o objetivo do PROERD de manter jovens “longe das drogas e da violência” em escolas de Goiânia-GO**. Disponível em: <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/979/1/ROCHA%2c%20Ludmilly%20Monteiro%20da.pdf>> Acesso em: 19 jun 2025

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 16. ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

SILVA, Emerson Bernardes da; CAVALCANTI, Lana de Souza. **O papel do policiamento militar na mediação da relação do jovem com a cidade: uma análise do Programa Educacional de Resistência a Violência e as Drogas (PROERD) na Região Metropolitana de Goiânia (RMG)**. Universidade Federal de Goiás, 2102. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/63ra/conpeex/doutorado/trabalhos-doutorado/doutorado-emerson-bernardes.pdf>> Acesso em: 30 de junho de 2025.

SILVA, José da; SALES, Maria de Fátima. **Violência e sociedade: reflexões sobre direitos humanos e desigualdades sociais**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

SOARES, J. F. **Prevenção em Saúde Pública e Segurança: conceitos e estratégias**. São Paulo: Editora Saúde e Cidadania. 2009

## APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa sobre a atuação da Patrulha Escolar da Polícia Militar no combate às drogas e prevenção da violência no contexto escolar da Região Noroeste de Goiânia.

A pesquisa é realizada no âmbito do Curso de Especialização em Altos Estudos em Segurança Pública da Universidade Estadual de Goiás.

A sua participação é voluntária e consiste no preenchimento deste questionário. As informações fornecidas serão utilizadas apenas para fins científicos, com garantia de anonimato e confidencialidade.

Você pode desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Autorizando a participação, selecione a opção abaixo:

- Sim, li o TCLE e autorizo minha participação na pesquisa.
- Não autorizo minha participação na pesquisa.

### SEÇÃO 1 – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE

Responda as questões abaixo, assinale apenas uma alternativa:

1) Sexo

- ( ) Masculino      ( ) Feminino

2) Idade

- ( ) 18 a 30 anos  
( ) 30 a 40 anos  
( ) 40 a 50 anos  
( ) Acima de 50 anos

3) Atua a quanto tempo na Polícia Militar de Goiás?

- ( ) Menos de 5 anos  
( ) Entre 5 e 10 anos  
( ) Entre 10 e 20 anos  
( ) Acima de 20 anos

4) Há quanto tempo atua no no Batalhão Escolar?

- ( ) Menos de 5 anos  
( ) Entre 5 e 10 anos  
( ) Entre 10 e 20 anos  
( ) Acima de 20 anos

5) Considera a atuação do Batalhão Escolar importante no âmbito escolar?

Sim       Não

6) Com o Batalhão Escolar a conscientização dos estudantes sobre as drogas e violência:

Aumenta

Diminui

Nenhuma mudança

7) O trabalho desenvolvido pelo Batalhão Escolar na prática tem sido realizado em interação com a escola e a família?

Sim       Não

8) Marque de 1 a 5 a sua percepção do que tem influenciado negativamente os jovens no âmbito escolar?

1 2 3 4 5

Drogas

Violência

Falta de políticas públicas

Desestruturação familiar

Consumismo

9) O Batalhão Escolar é um programa importante e se trata de um policiamento preventivo e comunitário, na busca de diminuir a ação repressiva da polícia, e sua projeção de sucesso é futura, pois ela se adequa as particularidades da comunidade e previne tudo aquilo que possa comprometer a ordem pública. Você concorda?

Sim       Não

10) Na sua opinião, o Batalhão Escolar é uma importante ferramenta para o combate às drogas e a violência?

Sim       Não

11) Acredita que a educação é fundamental para minimizar os problemas da segurança e da saúde pública?

Sim       Não

Obrigado pela sua participação!

Tipo de Documento:	<b>Documento Suporte</b>	Emissão	Próxima revisão
Título do Documento:	<b>Modelo de Trabalho de Conclusão de Curso CAPM</b>	Fev/2022	Fev/2024

<b>ELABORADO POR</b>	<b>REVISADO POR</b>	<b>APROVADO POR</b>
Luciana Jordão Thiago Henrique Costa Silva Sophia Wieczorek Lobo	Tatiane Ferreira Vilarinho	Leon Denis da Costa

05/02/2022	07/02/2022	27/11/2023
------------	------------	------------

- **HISTÓRICO**

Versão	Data	Descrição
01	05/02/2022	Emissão inicial
02	27/11/2023	Revisão das normas ABNT NBR 10520/2023